

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - INSALUBRIDADE

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

DATA DE ADMISSÃO: ____/____/____ DATA DE DEMISSÃO: ____/____/____

FUNÇÃO EXERCIDA: _____ ÚLTIMO SALÁRIO: R\$ _____

O reclamante laborou em condições insalubres, expondo-se a agentes nocivos à saúde sem a devida proteção ou fornecimento de equipamentos adequados, conforme previsto na NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Durante o período de trabalho, o Reclamante esteve exposto a:

O Reclamante requereu insistentemente a regularização das condições, sem sucesso. Tal exposição implicou em agravamento da saúde e da qualidade de vida do trabalhador.

II – DO DIREITO

Conforme dispõe o artigo 189 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, são consideradas atividades insalubres as que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância estabelecidos.

O artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal assegura ao trabalhador o direito ao adicional de insalubridade, quando exposto a condições prejudiciais à saúde.

O adicional deve ser calculado conforme os graus de insalubridade: mínimo (10%), médio (20%) e máximo (40%) sobre o salário mínimo vigente.

III – DA PROVA PERICIAL

Requer-se a realização de perícia técnica, por profissional habilitado, para comprovar a existência e o grau da insalubridade, com base na NR-15 e demais normas aplicáveis.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

1. A citação da Reclamada para que, querendo, apresente defesa no prazo legal;
2. O reconhecimento da exposição do Reclamante a condições insalubres, concedendo-lhe o adicional de insalubridade correspondente, retroativo a todo o período trabalhado;
3. A condenação da Reclamada ao pagamento das diferenças salariais decorrentes do adicional de insalubridade, acrescidas de reflexos em férias + 1/3, 13º salário, FGTS com multa de 40%, horas extras, aviso prévio, e demais verbas trabalhistas;
4. A realização de perícia técnica para aferição do grau de insalubridade;
5. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais;
6. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Reclamante pessoa pobre na acepção jurídica do termo;
7. A intimação do Ministério Público do Trabalho, caso entenda necessário;
8. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental, testemunhal e pericial;

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à presente causa o valor de R\$ _____, para fins meramente fiscais.

Nestes termos, Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/reclamacao-trabalhista-insalubridade/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.